

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2983604220210219234508

Processo 0801902-74.2021.8.23.0010 ☆ - (23 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Advogado NPJ ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à

Descrição:

14 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 14

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	14	19/02/2021 23:45:08	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador
		14.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2783563PETICAODEPROVAS01.pdf Público
<input type="checkbox"/>	13	18/02/2021 15:24:26	JUNTADA DE CERTIDÃO
			REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO
			Analista Judiciária
<input type="checkbox"/>	12	15/02/2021 15:47:34	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO
		Em cumprimento à citação de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador
	11	15/02/2021 09:21:22	LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA
		Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em 18/02/2021 referente ao evento de expedição seq. 10.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador
<input type="checkbox"/>	10	12/02/2021 15:20:05	EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE
		Para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis	DEBORA LIMA BATISTA
			Analista Judiciária
<input type="checkbox"/>	9	09/02/2021 15:33:25	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (29/01/2021)	VALDENOR ALVES GOMES
			Advogado
	8	04/02/2021 11:09:46	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
		(Pelo advogado/curador/defensor de MAIK GOMES DA SILVA) em 04/02/2021 com prazo de 5 dias úteis	VALDENOR ALVES GOMES
		*Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (29/01/2021) e ao evento de expedição seq. 7.	Advogado
			EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
	7	29/01/2021 10:45:41	Para advogados/curador/defensor de MAIK GOMES DA SILVA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (29/01/2021)
			Jhonatan de Almeida Santil
			Analista Judiciário
<input type="checkbox"/>	6	29/01/2021 09:11:41	CONCEDIDO O PEDIDO
			BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
			Magistrado
	5	27/01/2021 17:10:40	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL
			SISTEMA CNJ
	4	27/01/2021 17:10:40	RECEBIDOS OS AUTOS
			SISTEMA CNJ
	3	27/01/2021 17:10:40	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR
		Registro de Distribuição	SISTEMA CNJ
	2	27/01/2021 17:10:40	DISTRIBUÍDO POR SORTEIO
		1ª Vara Cível	SISTEMA CNJ
<input type="checkbox"/>	1	27/01/2021 17:10:39	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL
			VALDENOR ALVES GOMES
			Advogado



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08019027420218230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MAIK GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

